



LUIZ ESTEVÃO

DF luta por verba no Orçamento

O senador Luiz Estevão anunciou que um dos seus primeiros projetos no Senado será a regulamentação do Fundo Constitucional do Distrito Federal, previsto na reforma administrativa. O objetivo é garantir à capital federal recursos em montantes que atendam às suas necessidades.



PAULO HARTUNG

Produção com menos impostos

Tornar os produtos brasileiros mais competitivos tanto no exterior como no mercado interno é uma das bandeiras do senador Paulo Hartung. Ele defenderá na reforma tributária redução de impostos e contribuições que acabam tornando mais cara a produção do país.



MAGUITO VILELA

Desenvolver para tirar o país da crise

O senador Maguito Vilela propõe uma política de desenvolvimento econômico como único caminho para retirar o Brasil da crise. Ele entende que o país terá maior receita se combinar à política de investimentos uma redução da carga tributária, dos encargos trabalhistas e dos juros.



PÁGINA 4



Preocupados com os rumos da economia brasileira, senadores de diferentes bancadas partidárias acreditam que a reformulação do sistema tributário tende a ser a maior contribuição que o Senado e o Congresso poderão dar neste ano ao país

Jáder defende imposto sobre combustíveis

O "imposto verde", que incidirá sobre os combustíveis, está previsto no Orçamento de 99 e deve ser implementado, diz o líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho (PA). Ele manifestou estranheza em relação aos comentários de que o governo teria se desinteressado da aprovação do tributo.

PÁGINA 3

Luzia Toledo abre encontro em Portugal

PÁGINA 2

Greca expõe planos para o turismo

PÁGINA 2

Reforma tributária deverá ser o maior desafio de 99

Senadores prevêem que o tema, vital para a reorganização das contas públicas, será a principal tarefa do Congresso neste ano

Senadores de diversos partidos entendem que a rearrumação da estrutura tributária do país é a mais importante questão que o Congresso enfrentará em 99. Se ela não for feita, afirma Edison Lobão, há risco de se anularem os efeitos de todas as mudanças introduzidas na área fiscal nos últimos anos. Para José Fogaça, a reforma tributária deve permitir o aumento da arrecadação pela via

da simplificação e da diminuição do número de impostos. Geraldo Melo também considera fundamental uma revisão na reforma previdenciária.

Com ou sem reformas, para o senador Lauro Campos, o futuro da economia brasileira é incerto. Na sua opinião, o governo Fernando Henrique está perdido e entregue à especulação internacional. PÁGINA 3

Rádio Senado celebra a Bossa Nova

As melodias simples, mas fascinantes, e o balanço dengoso da Bossa Nova serão lembrados pela Rádio Senado no programa *Essa Bossa Sempre Nova*, que comemora os 40 anos do movimento. Apresentado pelo senador Artur da Távola, o programa capta o *glamour* dos anos 50 e apresenta os sucessos mais marcantes do ritmo que se tornou mundial, como *O Barquinho*, com João Gilberto, *Samba do Avião*, com Tom Jobim, e *Ouçá*, com Maysa. O programa vai ao

ar amanhã, às 20h, e no domingo, às 17h. Outro destaque da emissora do Senado é *A Música Erudita e Seus Mestres*, que apresenta o primeiro de uma série de sete programas com o pianista chileno Claudio Arrau. No programa, que também é apresentado por Artur da Távola, Arrau interpreta *Improviso nº1*, Opus 29, de Chopin e *A Passionata*, Opus 57, de Beethoven, entre outras. A Música Erudita e Seus Mestres é transmitido aos sábados e domingos, às 11h.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - Ginástica Olímpica
7h30 - *Especial Unip* - Transplante de Medula
8h - *Saúde Todo Dia* - Futebol Feminino
8h30 - *Especial* - "Museus do Mundo - Zuinguer"
9h - *Cores do Brasil* - Linha Verde da Bahia
9h30 - *Entrevista* - O senador Paulo Hartung (PMDB-ES) fala sobre as suas propostas políticas
10h - *Cores do Brasil* - São Luiz do Maranhão
10h30 - *Saúde Todo Dia* - Ginástica Olímpica
11h - *Especial Unip* - Moléstias Venéreas
11h30 - *Espaço Cultural* - "Românticos da Boêmia"
12h30 - *Entrevista* - senador Paulo Hartung
13h - *Cores do Brasil* - Bahia
13h30 - *Consulta Marcada* - Diabetes (reapresentação)
14h30 - *Palestra* - Juventude, crises como possibilidades de crescimento
15h30 - *Espaço Cultural* - "Românticos da Boêmia"
16h30 - *Especial Unip* - Transplante de Medula
17h - *Especial* - O jornalista Fernando César Mesquita entrevista Pierre Weill
18h - *Cores do Brasil* - Olinda
18h30 - *Entrevista* - senador Paulo Hartung

19h - *Palestra* - Juventude, crises como possibilidades de crescimento
20h - *Cores do Brasil* - Espírito Santo
20h30 - *Entrevista* - senador Paulo Hartung
21h - *Cores do Brasil* - João Pessoa
21h15 - *Consulta Marcada* - Diabetes
22h - *Cores do Brasil* - Ouro Preto
22h30 - *Especial Unip* - Moléstias Venéreas
23h - *Especial* - O jornalista Fernando César Mesquita entrevista Pierre Weill

RÁDIO SENADO

HOJE

10h30 - "Autores e Livros"
11h - "A Música Erudita" - Apresentação do senador Artur Távola
16h - "A Música do Brasil" - Apresentação do senador Artur Távola
20h - "Instrumental de Ouro"
22h - "Essa Bossa Sempre Nossa" (estreia)
DOMINGO
11h - "A Música Erudita" (reprise)
17h - "Essa Bossa Sempre Nossa" (reprise)
19h30 - "Autores e Livros" (reprise)
22h - "A Música do Brasil" (reprise)



Senadora Luzia Toledo participará de conferência na cidade do Porto

Paulo Hartung condena troca de partido após eleição

O troca-troca de partidos é uma prática viciada na política brasileira, que precisa ser corrigida. É o que defende o novo senador capixaba, Paulo Hartung (PSDB), em entrevista à TV Senado. Para ele, cabe ao Congresso, na legislatura que se inicia, debater as reformas político-partidária e tributária.

O representante do Espírito Santo diz também que é inadmissível que seu estado, um grande produtor de aço, não tenha sido beneficiado com o grande fluxo de montadoras que se instalaram no país, situação que ele pretende lutar para reverter. O senador lamenta, ainda, o alto grau de desorganização das finanças públicas do estado, onde 90 por cento da receita líquida estão comprometidos com o pagamento de pessoal, quando a Lei Camata estabelece um limite de 60 por cento. Ele afirma que demitir funcionários não é a melhor saída e que o governo estadual deve buscar outros caminhos para reequilibrar as contas.

Convidado a participar de duas comissões - a de Assuntos Econômicos e a Comissão Mista de Orçamento -, Hartung faz projeções sobre o trabalho: "Este ano será de dificuldade, de muita tesoura." Mas compromete-se a atuar no sentido de que os cortes sejam feitos na medida certa, sem prejudicar as ações essenciais do governo.

Na entrevista, que vai ao ar hoje, às 4h30, 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30, Paulo Hartung também defende a adoção do voto distrital misto.

Luzia Toledo falará em Portugal sobre participação da mulher na política

O governo português convidou a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) para abrir a conferência "A mulher e a política", que se realizará na cidade do Porto, no próximo dia 23. A senadora falará sobre a experiência brasileira no estabelecimento de quotas mínimas para cada sexo nas eleições proporcionais, adotada desde o ano passado.

O parlamento português deverá votar em março uma proposta de lei do governo que implementa a cota mínima de 25% para o sexo menos representado.

No evento português, Luzia Toledo estará representando, além do Senado Federal, a Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ), entidade que preside no Espírito Santo e que a indicou como palestrante.

Luzia Toledo dirá aos portugueses que o principal mérito do sistema de quotas é trazer a mulher para a discussão política. Para a senadora, o mais importante é que, com o ampa-

ro legal, os partidos começaram a trazer as mulheres para participar de suas decisões, o que antes era muito limitado.

A senadora quer que a discussão sobre as quotas mínimas, no Brasil, acompanhe a reforma partidária, cujo debate será retomado pelo Congresso Nacional na legislatura que agora se inicia:

- Acho que a reforma política vai colocar em debate essa questão das quotas de uma forma mais concreta, que é trazer a mulher para discutir política partidária de forma que ela se interesse verdadeiramente, e não apenas porque foi colocada ali para preencher uma vaga - afirmou a parlamentar.

Na opinião da senadora, o percentual mínimo definido na lei para qualquer um dos sexos - 25% nas últimas eleições, passando para 30% nas próximas - é razoável. Ela lembra que o amparo legal é mais importante como símbolo de uma campanha, funcionando como uma "bandeira de luta".



Jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista o ministro Rafael Greca na TV Senado

Greca revela na TV propostas para esporte e turismo

"Não podemos nos deixar paralisar pela ação de burocratas." Foi o que afirmou o novo ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, ao defender a pressão no desenvolvimento das áreas sob sua responsabilidade.

Numa entrevista bem-humorada ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, na TV Senado, Rafael Greca revelou seu otimismo e os principais proje-

tos à frente do ministério, entre eles o de utilizar o esporte como elemento de resgate da juventude. "Vamos montar um grande programa de difusão do esporte no país. Vamos levar os campeões olímpicos para visitarem cidades brasileiras."

A entrevista com Rafael Greca será transmitida amanhã e domingo, às 11h, 17h e 23h.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

Satélite - B1
Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
Polarização: Vertical
Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
Antena - 3,6 m LNB
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
Symbol 3,2143MS-S
SEC 3/4
Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

NET BsB - canal 7
SKYNET - canal 30
DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:
Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
Receptor ABR 200, ComStream
LBN DRO ComStream
60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:
Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
Satélite: Brasilsat B2
Polarização: Vertical (RX)
Modo: Joint-Stereo
Taxa: 128 Kbps-BPSK
Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Lobão pede prioridade para reforma tributária

A redução do número de impostos e da sonegação fiscal deveria estar entre os principais objetivos da proposta, sugere o senador. Ele defende também a aprovação de uma reforma política durante a atual legislatura

Jáder lembra que imposto verde já está no Orçamento



Jáder não quer reabrir a discussão sobre o tema

O líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), manifestou ontem sua estranheza com a informação de que o governo e os partidos que o apóiam não estariam mais interessados na aprovação do imposto verde — o tributo destinado a incidir sobre os com-

bustíveis e cuja receita se destinaria à manutenção das rodovias do país. O senador lembrou que esse imposto já está previsto no Orçamento para este ano.

— Eu não estou entendendo. O Orçamento foi votado com o concurso de todos os parlamentares e não pode ser uma peça de ficção. Assim como a CPME, o imposto verde está previsto no Orçamento, garantindo receita. É profundamente estranho discutir agora se esse imposto é conveniente ou não.

O líder se disse surpreso com o fato de, uma semana depois de votado o Orçamento, a criação desse novo imposto vir a ser rediscutida. Segundo informações obtidas pelo senador, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, teria anunciado que a CPME aguardando deliberação na Câmara, seria o último imposto a ser votado no programa de ajuste fiscal.

“Ele devia ter dito que esse imposto era inconveniente há uma semana atrás e não agora”, afirmou Jáder. Lembrando que o PMDB tem agora mais de 100 deputados na Câmara, ele observou que, se a iniciativa de cancelar a votação do imposto verde caracterizar uma discriminação partidária, sua legenda também tratará do assunto “partidariamente”.

O senador lembrou que, antes da votação do Orçamento, o próprio presidente da República preconizou o imposto verde como uma antecipação da reforma tributária. “Não consigo entender que se reabra agora a discussão sobre o tema. Isso só foi inserido no Orçamento com o aval do Executivo”, argumentou.

Barbalho afirmou que “a votação do Orçamento não foi uma brincadeira”, até porque, se a lei orçamentária não fosse séria, a CPME estaria agora também sujeita a ser revista. “Eu raciocino de acordo com o que aprovamos no Orçamento da União e defendendo que não se reabra mais essa discussão”, afirmou ele.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) alerta que o Brasil pode perder boa parte das conquistas que teve com a aprovação da quebra dos monopólios estatais e as reformas previdenciária e administrativa, caso não seja capaz de aprovar a reforma tributária ainda em 1999. “Ela representa apenas 10% do total das reformas, mas tem o poder de inviabilizar quase todo o restante”, enfatiza.

Para Lobão, a imaginação criadora dos novos senadores precisa se conjugar com a dos veteranos para procurar um caminho seguro de cobrar impostos, adequado a um mundo em transição. “O projeto pode ser da responsabilidade do Executivo, mas o Congresso precisa estar apto a aperfeiçoar e inovar a proposta, aprovando um texto de qualidade, e com rapidez. Não podemos errar. Nada de aventuras loucas como o projeto do



Edison Lobão cita a CPME como exemplo de um “imposto engenhoso”

imposto único”, adverte.

Lobão enfatiza a necessidade de se diminuir o número de impostos, encontrando instrumentos de cobrança eficazes. “Atualmente, dois terços dos impostos que deveriam ser arrecada-

dos saem pelo ralo da sonegação fiscal. É um verdadeiro bueiro que precisamos fechar, se quisermos ver o Brasil crescer. O Orçamento para 1999 é de cerca de R\$ 200 bilhões. Imagine o que poderíamos fazer com R\$ 600 bilhões”, exclama.

Como exemplo de “imposto engenhoso”, Lobão cita a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). “É uma fórmula infalível de arrecadar. Ao ser cobrado sobre os cheques e demais operações bancárias, não pode ser sonegado. Ninguém escapa, paga a economia informal e até os contrabandistas e traficantes acabam pagando. Sua fórmula de arrecadação é simples, com custos baixos.”

Ao lado da reforma tributária, Lobão cita a reforma político-partidária como uma segunda prioridade dessa 51ª Legislatura. “Já avançamos muito, chegando a um projeto amplamente

consensual na comissão especial. Ele já tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas deve ser ainda modificado para chegarmos a posições nitidamente majoritárias, pois inclui várias emendas constitucionais, que precisam de maioria de três quintos para aprovação.”

Lobão admite que a exigência de fidelidade partidária seja um dos pontos mais sensíveis do projeto. “Mas trata-se de um instrumento fundamental para assegurar a boa organização interna e o prestígio externo do Congresso. Não favoreço uma ditadura partidária, nem tampouco a atual frouxidão. Esse jogo de cadeiras que vem ocorrendo na Câmara é prejudicial a todos os partidos e congressistas”, diz o senador, concluindo que, se Câmara e Senado conseguirem aprovar essas duas reformas, durante o ano de 1999, já terão justificado a legislatura inteira.

Lauro Campos vê economia nas mãos de especuladores

“Salários, taxa de câmbio, juros, inflação, nível de emprego, distribuição de renda, enfim, todas as variáveis macroeconômicas estarão sob o controle do capital especulativo internacional.” É o que prevê o senador Lauro Campos (PT-DF) com a nomeação do economista Armínio Fraga para a presidência do Banco Central (BC). Na opinião do senador, o Brasil caminha para a dolarização da economia, a exemplo do que fez a Argentina, o que, na sua opinião, representaria a completa submissão do país.

— A moeda é uma das principais trincheiras de defesa do país. E é a primei-

ra vez que uma pessoa sai diretamente das hordas que nos atacam para comandar a política monetária — criticou o senador petista, referindo-se às ligações de Fraga com o megainvestidor George Soros, apontado como um dos responsáveis pelos ataques especulativos às moedas asiáticas.

Lauro Campos acredita que esta tendência de atrelamento do real à moeda americana seja a razão da queda do ex-presidente do BC, Francisco Lopes, cuja indicação foi aprovada no Senado há uma semana, inclusive com o voto do senador.

— Tenho a desconfiança de que o

Chico Lopes não serviu porque suas idéias eram opostas à entrega total do país à colonização pelo capitalismo internacional. A saída de Lopes indica que o governo está totalmente perdido e desconhecia as idéias do homem que indicou para o Banco Central — analisou.

A aprovação pelo Senado da indicação de Armínio Fraga não será, na opinião do senador, automática. Lauro Campos adiantou que desta vez votará contra a indicação. “Não se pode atribuir má-vontade ao Senado, mas a indicação de Fraga é um desastre total”, justificou.



Lauro considera indicação de Fraga para o Banco Central como um “desastre total”

Fogaça quer tornar o ajuste fiscal permanente

Ao definir a reforma tributária como uma obra de engenharia política, o senador José Fogaça (PMDB-RS) enfatizou ontem que este será o assunto central do novo período legislativo. Segundo Fogaça, a estabilização da economia será a grande preocupação para os próximos meses. Com isso, a organização das contas públicas ganhará relevo, mas um ajuste fiscal duradouro só será obtido com uma verdadeira reforma tributária, no entender do senador.

— A reforma tributária vai redesenhar os tributos no país com uma idéia básica: a simplificação e redução dos tributos para os contribuintes, buscando o aumento da arrecadação — explicou.

José Fogaça disse que a reforma tributária não ocorrerá caso não haja uma solução comum entre União, estados e municí-



Fogaça sugere acordo entre União, estados e municípios

pios. “Será necessário um pacto inicial de preservação das posições que estas unidades tinham antes da reforma”, completa. Fogaça destaca também que ela depende de emenda constitucional e de várias leis complementares. “A tarefa parlamentar será intensa em torno dessa questão, por isso a considero a grande prioridade desse novo período legislativo”, observou o senador.

Ele recebeu com tranquilidade a substituição de Francisco Lopes por Armínio Fraga na presidência do Banco Central.

— Toda essa mudança se dá em um contexto totalmente novo: o mercado financeiro globalizado, onde milhões de dólares atravessam o planeta em segundos — disse. Para o senador, a mudança brusca e repentina pode ter surpreendido, mas “não ofendeu o Senado”.

Melo pretende aprofundar a reforma previdenciária

Defendendo a necessidade de uma revisão na reforma do sistema previdenciário, com a finalidade de aprofundá-la, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) sugeriu inovações, como o estabelecimento da cobrança previdenciária tendo como base o faturamento das empresas. No sistema atual, essa contribuição incide sobre o número de empregados.

Para o senador, as modificações introduzidas no funcionamento da Previdência até agora “foram pequenas e, algumas, bastante penosas, como a instituição de cobrança sobre inativos”. No entanto, continua Melo, “essas alterações não mexeram na concepção do sistema”.

A reforma previdenciária já aprovada “garante a sobrevivência do sistema atual, mas temos que criar uma alternativa

que funcione”, sustentou. Ele disse, ainda, que “a Previdência não atende ao cidadão porque não garante uma aposentadoria digna, com tranquilidade, e, ainda, oferece um atendimento no dia-a-dia que chega a ser trágico”.

O senador defendeu a adoção de soluções modernas e criativas que possam possibilitar ao cidadão “que paga a sua contribuição à Previdência a vida inteira ser tratado com mais dignidade e não como alguém à disposição do governo”, disse. Geraldo Melo declarou que “não se concebe a existência de uma situação em que o contribuinte, após tantos anos em dia com suas obrigações, tenha ainda que requerer sua aposentadoria ao Estado, pela qual já pagou adiantado, quando este é que deveria vir ao cidadão, comunicando-lhe que já pode deixar de trabalhar”.



Geraldo Melo propõe soluções “modernas e criativas”

DISTRITO FEDERAL

Estevão quer ampliar fatia do DF no Orçamento

Quando o Congresso Nacional realizou a discussão da reforma administrativa, o então deputado distrital Luiz Estevão empenhou-se para garantir que fosse incluído um dispositivo criando o Fundo Constitucional do Distrito Federal. Este ano, o hoje senador Luiz Estevão (PMDB-DF) já anunciou que vai apresentar como seu primeiro projeto no Senado uma proposta de regulamentação do fundo, de modo a assegurar recursos no Orçamento da União que atendam às necessidades da capital federal.

– No Senado, tenho a possibilidade efetiva de trabalhar para que o DF volte a receber o tratamento que sempre mereceu. O fundo contemplará não só o financiamento das folhas de educação, saúde e segurança, áreas estratégicas e fundamentais para o funcionamento da cidade, como também reservará recursos para investimentos em obras – afirmou o senador, que tomou posse na última segunda-feira.

Pelas contas de Estevão, o DF precisa recuperar a participação histórica que teve no bolo orçamentário. Nos últimos anos, ainda que houvesse aumento nominal da transferência de recur-



Luiz Estevão calcula que o DF perdeu R\$ 400 milhões no Orçamento, nos últimos anos

dos da União, a participação relativa do DF no total dos recursos caiu mais de R\$ 400 milhões, “dinheiro muito importante para obras e para o pagamento de uma remuneração mais justa para os servidores públicos”.

Os problemas fiscais enfrentados pelos estados e pelo Distrito Federal no momento também fazem parte da agenda do senador eleito. A chamada guerra fiscal entre os estados é vista por Estevão como “competição predatória que traz mais benefícios às empresas do que aos estados e à população”.

– Enquanto não houver uma reforma tributária em profundidade e cada estado tiver o poder de determinar seus próprios tributos, essa guerra lamentável prosseguirá – previu Estevão.

CRISE ECONÔMICA

Para Luiz Estevão, o Plano Real trouxe conquistas “inestimáveis” para o povo brasileiro, pois permitiu, com a estabilização econômica, o aumento do poder de compra de grande parcela da população. Porém, a demora do governo em flexibilizar a taxa de câmbio, que finalmente aconteceu a partir de 12 de janeiro, coloca as conquistas da moeda estável em risco.

– A manutenção do real artificialmente valorizado provocou uma sobrevalorização dos produtos brasileiros, gerando dificuldades para a exportação e excesso estímulo ao ingresso de produtos estrangeiros no mercado. Gerávamos muitos empregos lá fora e poucos empregos aqui dentro. Também a dívida interna, na casa dos R\$ 400 bilhões, é algo que consome, de modo implacável, qualquer tentativa de esforço fiscal por parte do governo – afirmou Estevão, em referência às altas taxas de juros.

Outro assunto com que os senado-

Empresário estreou na política há cinco anos

Empresário do setor da construção civil, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) está iniciando o segundo mandato eletivo. Antes de chegar ao Senado Federal, com mais de 460 mil votos (47,76%), Estevão foi deputado distrital (eleito em 1994) e vice-presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

No legislativo local, sua atuação foi marcada pelo número expressivo de projetos de lei que apresentou (apresentou 600 projetos e aprovou mais de 100 leis), além da liderança da bancada do PMDB, a maior da Câmara Legislativa. O senador é ainda membro do Diretório Nacional do partido e da Fundação Pedrosa Horta.

Há mais de trinta anos no Distrito Federal, Luiz Estevão também desenvolve atividades nas áreas financeira, agropecuária, de investimentos imobiliários, de veículos, pneus e mineração, destacando-se como liderança empresarial na capital federal.

Carioca, 50 anos e pai de seis filhos, Estevão é casado com Cleucy Lopes Meireles. Ele se encontra atualmente licenciado da função de diretor-superintendente do Grupo OK.

res irão se defrontar na legislatura que se inicia recebeu a atenção de Luiz Estevão: a reforma político-partidária. Ele apóia a instituição do voto distrital, do financiamento público das campanhas e de mecanismos mais efetivos de fidelidade partidária, previstos no relatório final da comissão especial do Senado que estudou o assunto. Discorda, entretanto, das propostas de adoção do

voto facultativo no Brasil e do fim do segundo turno nas eleições.

– Defendo uma redução da exigência atual de 50% mais um dos votos válidos, para algo que se aproxime, por exemplo, do modelo argentino, em que o candidato que obtiver 40% dos votos no primeiro turno estará eleito, desde que com uma boa vantagem sobre o segundo colocado – explicou.

ESPÍRITO SANTO

Hartung defende menos impostos para a produção

Desonerar a produção, tornar os produtos brasileiros competitivos tanto no exterior quanto no mercado interno e diminuir o peso que os impostos e contribuições representam na folha de pagamento das empresas. Estas são algumas das mudanças na legislação que o senador Paulo Hartung (PSDB-ES) defenderá na reforma tributária, cuja discussão no Senado deverá ser iniciada ainda neste semestre.

Na opinião do senador pelo Espírito Santo, como a realidade econômica do país e do mundo mudou, a legislação tributária brasileira está ultrapassada e precisa ser atualizada. Além de diminuir os impostos do setor produtivo, ele



Paulo Hartung é a favor, também, de uma simplificação da carga tributária do país

também defenderá uma simplificação na carga tributária que facilite o combate à sonegação fiscal.

Com relação à reforma política, Paulo Hartung vai lutar pela instituição do voto distrital misto, que, no seu entender, já vem sendo adotado por parte da população. Ele comentou que nas últimas eleições o país vem assistindo a uma “distritalização” do voto, ou seja, parte da população tem procurado votar em alguém que conhece, em políticos do seu município ou região.

Paulo Hartung considera que muitos dos problemas econômicos e sociais que o Brasil enfrenta têm sua origem na estrutura política e eleitoral atrasada do país. Apesar disso, ele acredita que a reforma política não será facilmente implantada, até por mexer diretamente com os interesses dos parlamenta-

res que apreciarão estas mudanças.

CRISE

Sobre a crise econômica que o Brasil enfrenta, Paulo Hartung comentou que o Senado pode oferecer uma grande contribuição não só apreciando medidas para enfrentar o momento, mas, sobretudo, refletindo, debatendo e avaliando o futuro.

– Acredito muito no Brasil e na nossa capacidade de superar essa crise que estamos vivendo e acho que a geração à qual eu pertença, que de certa forma participou da reconstrução da democracia no país, tem tudo para dar uma contribuição no sentido de o país encontrar o seu caminho – opinou Paulo Hartung.

Além de procurar interferir nos assuntos nacionais, Paulo Hartung pre-



tende dedicar parte do seu trabalho no Senado às questões que dizem respeito ao Espírito Santo. Com este objetivo, ele defenderá o desenvolvimento econômico e social do estado, que na sua avaliação não teve nos últimos anos o destaque que merece.

GOIÁS

Maguito Vilela propõe política de retomada do crescimento

Uma política de desenvolvimento econômico é o que propõe o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) como caminho para o país sair da crise. Segundo ele, o governo deve buscar o aumento das receitas públicas com o crescimento econômico.

– Se diminuirmos a carga tributária, os encargos trabalhistas e as taxas de juros, e realizarmos uma

política de investimentos na produção, com certeza o país vai aumentar as suas receitas. O que não podemos fazer é o ajuste fiscal pisando no pescoço do nosso povo – observou.

Maguito vê um papel importante para o Senado diante dos atuais problemas econômicos.

– O Senado tem um papel de equilíbrio e responsabilidade no senti-

do de fazer com que o país tenha calma para superar a situação provocada pelos descertos da equipe econômica – ressaltou.

DIFICULDADES

Com a experiência de quem governou Goiás de 1995 a 1998, o senador afirmou que a situação dos estados e municípios é muito difícil, e os problemas só poderão ser superados com apoio à produção, principalmente no setor agropecuário.

– O governo federal passou quatro anos cuidando da economia, sem resolver os problemas dos estados e dos municípios, que se encontram hoje arruinados. Há mais de 15 anos a produção agrícola é a mesma. A malha rodoviária está em péssimo estado, inviabilizando a produção. Precisamos de investimento maciço no setor produtivo, para alavancar o desenvolvimento e afastar a crise – afirmou.



Maguito Vilela: não podemos fazer ajuste fiscal pisando no pescoço do povo